



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Decisão Monocrática

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001641-22.2014.815.0751

RELATOR : Juiz Carlos Eduardo Leite Lisboa
APELANTE : Município de Bayeux
ADVOGADO(S) : Glauco Teixeira Gomes de Menezes.
APELADO : Francisco Vicente Ferreira e outros
ADVOGADO : Josefa Inez de Souza e outra.

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS – PROCEDÊNCIA – RECURSO – LEI MUNICIPAL 1.217/2011 – EDIÇÃO POSTERIOR AO ADVENTO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 4 – OMISSÃO LEGISLATIVA – INÉRCIA EM PREJUÍZO DOS SERVIDORES – RE 565.714-1/SP – UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR ATÉ A EDIÇÃO DE LEI SUPERVENIENTE – SALÁRIO FAMÍLIA – BENEFÍCIO CONSTANTE NOS CONTRACHEQUES – PAGAMENTO DEVIDO – PRECEDENTES – MANUTENÇÃO DO DECISUM – DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Ainda que a Súmula Vinculante nº 04 vede tal indexação, o congelamento do vencimento básico dos servidores por mera omissão legislativa não se coaduna com a justiça social e impessoalidade que deve permear as relações entre servidores e Administração Pública, principalmente quando esta detém legitimidade, a qualquer tempo, de editar *nove* legislação que satisfaça o comando constitucional de proteção ao reajuste, bem como da vedação à indexação ao salário mínimo.

No julgamento do AI 344.269 AgR-AgR, sob a Relatoria do E. Ministro Celso de Mello, assim se pronunciou o STF: "É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante 4/STF, reconheceu, ainda que de modo

excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de indesejável estado de 'vacum legis'."

Visto etc.

O Município de Bayeux PB interpôs apelação buscando reformar a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Comarca de Bayeux, proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada por Francisco Vicente Ferreira e outros contra o apelante.

Dos autos ressaí que os recorridos, vigilantes dos Município de Bayeux, ajuizaram a demanda buscando o reajuste dos seus vencimentos básicos de acordo com o índice aplicado ao salário-mínimo, visto que o Prefeito não tomou a providência prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Vigilantes, Lei Municipal n.º 1.217/2001.

Na Sentença (fls. 132/135 e fls. 141/142), o magistrado, ao fundamento de que o objetivo dos Promoventes é o cumprimento do PCCR, que estabelece que o reajuste dos vencimentos básicos dos suplicantes deve obedecer ao mesmo índice aplicado ao salário-mínimo; a Constituição Federal determina a revisão anual dos salários dos servidores públicos; a Lei n.º 1.217/2001 do Município de Bayeux PB já estabelece que os vencimentos básicos dos vigilantes serão reajustados obedecendo ao mesmo índice aplicado ao salário-mínimo; e que, embora o Demandado tenha contestado o pedido alegando a inconstitucionalidade do dispositivo do PCCV que determina o reajuste, pelo fato de que a CF veda a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, o Gestor Público não tomou qualquer providência no sentido de promover a revogação, assim como não o fez após a edição da Súmula Vinculante n.º 04 do STF; e que a Administração Municipal não providenciou o reajuste da categoria no período; julgou procedente o pedido com base no Art. 37, X, da CF e condenou o Município de Bayeux PB a conceder o reajuste dos Promoventes, no prazo de trinta dias.

Nas razões recursais (fls. 146/151), o apelante arguiu que o Art. 5º, §1º, da Lei Municipal n.º 1.217/2011 estabelece que os reajustes dos vigilantes do Município obedecerão ao mesmo índice aplicado para correção do salário-mínimo e que a Súmula Vinculante n.º 04 dispõe que o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público, nem substituído por decisão judicial. Também que os autores não comprovaram receber o salário-família.

Pugnou pelo provimento do recurso para reforma da sentença,

julgando improcedente o pedido.

Intimados os apelados para contrarrazões ao recurso, refutaram os argumentos da parte adversa, com o desprovimento do apelo, fls. 153/159.

Parecer do Ministério Público opinando pelo provimento do apelo, fls. 167/171.

É o relatório.

Decido.

Tratam os autos de reajuste dos vencimentos básicos dos vigilantes dos Município de Bayeux PB, tendo o Magistrado determinado a aplicação do índice de atualização dos salário-mínimo, em face da Lei Municipal n.º 1.217/2011 que prevê a aplicação desse fator como revisão geral dos servidores públicos.

Nas razões do apelo, o apelante cinge-se a indicar a edição da Súmula Vinculante nº 04, alegando que o salário mínimo não poderia servir de indexador ao reajuste da categoria conforme determina a Lei Municipal nº 1.216/2011, entendendo como não recepcionada pela Constituição de 1988.

Entretanto, tratando-se de reajuste de servidores da Edilidade, a Constituição Federal estabelece a exigência de Lei específica de iniciativa do Chefe do Executivo que disponha sobre as bases detalhadas sobre a estrutura de cargos, funções ou empregos públicos ou aumento de sua remuneração.

No caso dos autos, a Edilidade editou a Lei Municipal nº 1.217/2011, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Vigilantes de Bayeux, estabelecendo em seu art. 5º, §1º, a forma de reajuste do vencimento básico obedecendo mesmo índice aplicado para a correção do salário mínimo.

Nessa esteira, a Lei Federal nº 12.382/2011 dispõe sobre o valor do salário mínimo no ano de 2011 e sua política de valorização de longo prazo, editando o Poder Executivo a cada período de 12 (doze) meses os Decretos Federais que determinam o valor do salário mínimo para cada ano, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Com efeito, no ano de 2013, a partir da edição do Decreto Federal nº 7.872/2012, a Municipalidade deveria ter aplicado ao vencimento básico dos vigilantes o índice utilizado no reajuste do salário mínimo, ante a vigência e plena produção de efeitos da Lei Municipal nº 1.217/2011.

O argumento proposto pela Edilidade no tocante à vedação disposta na Súmula Vinculante nº 04 deve ser afastado para esse caso, uma vez que as circunstâncias verificadas no plano fático autorizam o julgador a resolver a lide com base nos princípios constitucionais e legais.

Da análise do *leading case*, RE 565.714-1/SP, sob a relatoria da Ministra Carmem Lúcia, depreende-se que o estímulo que precede a edição da Súmula Vinculante nº 04 é a vedação na parte final do inciso IV do art. 7º da CF, impedindo que outras verbas pudessem repercutir no acréscimo dado ao salário mínimo e, via de consequência, gerassem um aumento indireto que tornasse inviável a plena implementação salarial que se pretendia.

É dizer, em outras palavras, que a indexação das demais verbas ao salário mínimo geraria inviabilizaria a implementação ordinária da política nacional do salário mínimo, revelando retrocesso e obstaculizando as conquistas dos trabalhadores.

Por outro lado, ainda que a Súmula Vinculante nº 04 vede tal indexação, o congelamento do vencimento básico dos servidores por mera omissão legislativa não se coaduna com a justiça social e impessoalidade que deve permear as relações entre servidores e Administração Pública, principalmente quando esta detém legitimidade, a qualquer tempo, de editar novel legislação que satisfaça o comando constitucional de proteção ao reajuste, bem como da vedação à indexação ao salário mínimo.

Ressalte-se que a edição da Lei Municipal pelo Executivo ocorreu em data posterior ao advento da Súmula Vinculante nº 04, revelando que a Edilidade fez ingressar no mundo jurídico legislação sabidamente conflitante com os mandamentos constitucionais alinhavados pelo Pretório Excelso.

Nessa linha, o próprio STF já se manifestou sobre a impossibilidade da atuação do julgador no sentido de destinar novo indexador como substituto ao do salário mínimo, sob pena de atuar como legislador positivo, ressaltando, contudo, a possibilidade da manutenção de legislação vigente que preveja tal situação até a superveniência de diploma pertinente ao caso, revelando solução transitória equilibrada para o caso.

Ilustrando o entendimento, colaciono as seguintes decisões do Tribunal Constitucional:

"É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante 4/STF, reconheceu, **ainda que de modo excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente** ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de

indesejável estado de 'vacum legis'."¹ (Grifei).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE 4. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714, da relatoria da ministra Cármen Lúcia, reconheceu a proibição constitucional de utilização do salário mínimo como base de cálculo para qualquer vantagem de servidor público ou de empregado. Mais: decidiu que a base de cálculo existente era de ser mantida até que nova legislação a alterasse. Nessa mesma assentada, editou ainda a Súmula Vinculante 4 ("Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial."). 2. Agravo regimental desprovido.²

Ainda,

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO, PORQUANTO INTEMPESTIVO. CABIMENTO DE REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. SÚMULA Nº 490 DO STJ. SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ICÓ. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE CALCULADO SOBRE O SALÁRIO BASE DURANTE ANOS POR EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO. CORREÇÃO. PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA. UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE DE CÁLCULO DA VANTAGEM, CONFORME PREVISTO NO REGIME JURÍDICO MUNICIPAL (LEI MUNICIPAL Nº 475/2000). PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. NÃO CABE AO JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO PARA ALTERAR O CRITÉRIO INDEXADOR (SÚMULA VINCULANTE Nº 04 DO STF). APELO NÃO CONHECIDO. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Constatada a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade recursal, in casu, a tempestividade, não deve ser conhecido o apelo. 2. Embora o Juiz a quo tenha asseverado não caber reexame necessário na espécie, observase que a sentença é ilíquida, não se lhe aplicando o art. 475, §2º, do CPC, sendo cabível a remessa ex officio (Súmula nº 490 do STJ). Precedentes do STJ. 3. Em que pese a vedação à vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo (Súmula Vinculante nº 04 do STF), não se pode alterar a modificação da base de cálculo por decisão judicial, sob pena de o Judiciário atuar como legislador positivo, devendo ser mantida a aplicação do salário mínimo

1AI 344.269 AgR-AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, julgamento em 23.6.2009, DJe de 7.8.2009.

2(STF - AI: 707030 RS , Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 25/10/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-239 DIVULG 16-12-2011 PUBLIC 19-12-2011)

para o fim demandado, conforme disciplinado na Lei Municipal nº 475/2000, até o Poder competente proceder à devida alteração mediante processo legislativo (RE nº 565.714). Precedentes do STF e do STJ. 4. A Lei Municipal nº 475/2000, que instituiu o Regime Jurídico ao qual subordinase a servidora demandante, expressamente adota o salário mínimo vigente como base de cálculo do adicional de insalubridade, configurandose irregular o pagamento calculado mediante parâmetro diverso. 5. Em respeito ao princípio constitucional da legalidade, cabe à Administração Pública atuar em consonância com as normas legais, sendolhe permitido, com fundamento no poder da autotutela, rever seus atos, podendo anulálos quando ilegais ou revogálos por motivo de conveniência e oportunidade (Súmulas nº 346 e nº 473/STF). 6. Apelo não conhecido. Reexame necessário conhecido e provido.³

Desta feita, resta evidente que a Municipalidade pretende se beneficiar da própria omissão legislativa, revelando ser medida de justiça a utilização dos índices aplicáveis à matéria conforme determina a Lei Municipal nº 1.217/2011.

Em casos semelhantes, inclusive envolvendo o Município de Bayeux, esta Corte assentiu:

AÇÃO ORDINÁRIA. VIGILANTE MUNICIPAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEI MUNICIPAL 1.217/2011. PROCEDÊNCIA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO RÉU. MAJORAÇÃO DO VENCIMENTO COM VINCULAÇÃO AO SALÁRIO-MÍNIMO. PROIBIÇÃO. SÚMULA VINCULANTE Nº 4, DO STF. EDIÇÃO DA NORMA MUNICIPAL EM MOMENTO POSTERIOR AO ADVENTO DA SÚMULA. AUSÊNCIA DE INICIATIVA PARA MODIFICAÇÃO DA NORMA. INÉRCIA MUNICIPAL. UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ATÉ A EDIÇÃO DE LEI SUPERVENIENTE. PRECEDENTES DO STF. DESPROVIMENTO DA REMESSA E DO RECURSO DO MUNICÍPIO. [...]

1. “Certo é que não é possível a Administração Pública vincular a majoração de vencimentos dos servidores aos acréscimos que forem concedidos ao valor do salário mínimo, sob pena de violação ao art. 7º, IV, da Lei Maior e da Súmula Vinculante nº 04 do STF. Ainda que a Súmula Vinculante nº 04 vede tal indexação, o congelamento do vencimento básico dos servidores por mera omissão legislativa não se coaduna com a justiça social e impessoalidade que deve permear as relações entre servidores e Administração Pública, principalmente quando esta detém legitimidade, a

3(TJCE; APL-RN 000976642.2012.8.06.0090; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha; DJCE 28/08/2014; Pág. 24)

qualquer tempo, de editar novel legislação que satisfaça o comando constitucional de proteção ao reajuste, bem como da vedação à indexação ao salário mínimo.

Consoante já decidiu o STF, ante a impossibilidade de atuação do julgador como legislador positivo, como seria a hipótese de se destinar novo indexador ao reajuste do vencimento base do autor, mostra-se razoável a manutenção da legislação vigente até a superveniência de diploma pertinente, em consonância com as normas constitucionais.” (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00023534620138150751, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ABRAHAM LINCOLN DA C RAMOS , j. em 26-04-2016) [...] (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00020884420138150751, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA , j. em 14-06-2016)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – Reexame necessário e apelação cível – Ação ordinária – Procedência - **Servidor público municipal – Reajuste de vencimentos – Lei municipal que determina a utilização do salário mínimo como indexador – Lei editada posteriormente a Súmula Vinculante nº 4º** – Possibilidade de sua aplicação até a edição de lei superveniente em consonância com as normas constitucionais – Precedentes do STF e desta Corte de Justiça - Manutenção da sentença – Desprovidimento.

- **Certo é que não é possível a Administração Pública vincular a majoração de vencimentos dos servidores aos acréscimos que forem concedidos ao valor do salário mínimo, sob pena de violação ao art. 7º, IV, da Lei Maior e da Súmula Vinculante nº 04 do STF.**

- **Ainda que a Súmula Vinculante nº 04 vede tal indexação, “o congelamento do vencimento básico dos servidores por mera omissão legislativa não se coaduna com a justiça social e impessoalidade que deve permear as relações entre servidores e Administração Pública, principalmente quando esta detém legitimidade, a qualquer tempo, de editar novel legislação que satisfaça o comando constitucional de proteção ao reajuste, bem como da vedação à indexação ao salário mínimo”.** - Consoante já decidiu o STF, ante a impossibilidade de atuação do julgador como legislador positivo, como seria a hipótese de se destinar novo indexador ao reajuste do vencimento base do autor, mostra-se razoável a manutenção da legislação vigente até a superveniência de diploma pertinente, em consonância com as normas constitucionais.

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00023534620138150751, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ABRAHAM LINCOLN DA C RAMOS , j. em 26-04-2016)

Por fim, com relação ao salário família, a municipalidade aduz que

os apelados não provaram que recebiam o benefício.

Em verdade, a sentença não conferiu a benesse a todos os apelados, mas apenas em relação a Isagoras Antônio Lopes Soares, Josué Gomes dos Santos, Onildo Quirino de Macedo e Washington Rodrigues de Freitas, cujas fichas financeiras deles consta a rubrica, de sorte que a sentença não determinou a sua implantação, mas apenas o reajuste.

Portanto, sem guarida a assertiva do município de carência de prova do seu recebimento, não merecendo retoques, mais uma vez, a sentença.

Com estas considerações, verifico que a sentença se encontra escoreita e em conformidade com a jurisprudência dominante de Corte de Superior e deste Tribunal, fazendo prescindir a apreciação do recurso pelo órgão fracionário.

Ante o exposto, aciono o dispositivo constante no art. 557, *caput*⁴, do CPC/1973⁵, e nego seguimento a remessa oficial e à apelação.

P. I.

João Pessoa, 08 de agosto de 2016.

Juiz Carlos Eduardo Leite Lisboa
Relator

g/04

4 Art. 557 - O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

5Aplica-se o art. 557 do CPC/1973, considerando que a decisão atacada foi publicada na sua vigência.